

Janeiro 2025

EIXO 5 – SEGURANÇA REGIONAL E INTERNACIONAL

Aspectos emergenciais da segurança sul-americana: as confluências ilegais na Amazônia e ascensão do Narcogarimpo

Marília Carolina Barbosa de Souza Pimenta



Instituto
Brasil - União Europeia
FECAP



Co-funded by
the European Union

Ficha Técnica

Coordenação Geral

Cláudia Alvarenga Marconi - *Coordenadora Acadêmica*

Rafael de Souza Nascimento Miranda - *Coordenação Executiva*

Coordenação dos Eixos de Pesquisa

Profa. Dra. Cláudia Alvarenga Marconi

União Europeia como ator global

Profa. Dra. Brigitte Weiffen

Democracia, Direitos Humanos e Justiça Internacional

Profa. Dra. Marília Carolina Barbosa de Souza Pimenta

Segurança Regional e Internacional

Prof. Dr. Lucas da Silva Taschetto

Comércio, Investimento e Negócios

Prof. Dr. Thauan Santos

Energia, Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável

O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um aval de seu conteúdo, que reflete unicamente o ponto de vista de seus autores, e a Comissão não pode ser responsável por eventuais utilizações que possam ser feitas com as informações nela contidas.

Sobre a autora

Marília Carolina Barbosa de Souza Pimenta

Professora no Departamento de Relações Internacionais na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus Franca-SP e no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP). Pesquisadora do NUPRI-USP e do INEU-América Latina. Vice-Presidente da *International Studies Association-Latin American and the Caribbean Committee* (ISA-LAC). Coordenadora da Área Temática Segurança Internacional e Defesa na Associação Brasileira de Estudos da Defesa (ABED). Membro do Comitê Executivo da Seção “Defense, Public Policy and Democracy” da LASA.

E-mail: marilia.souza-pimenta@unesp.br

Índice

Sumário Executivo.....	6
I-Antecedentes.....	8
II- Identificação e Diagnóstico.....	13
III- Mapeando as ameaças na Região Amazônica.....	15
IV- Recomendações.....	25
Considerações Finais.....	26
Referências Bibliográficas.....	28

Sumário Executivo

- Os principais desafios para a segurança regional permanecem sendo de **ordem transnacional, vinculados ao tráfico internacional de drogas, bem como questões ligadas à mineração e garimpo ilegal**, o que causa uma série de prejuízos ambientais e danos às comunidades locais: ribeirinhas, indígenas, quilombolas, pesqueiras, entre outras.
- **Percebe-se que a América do Sul é a região onde houve maior percentual de drogas apreendidas, representando 61%**, segundo dados da ONU, 2022. Os países que mais observaram apreensões foram a Colômbia, Estados Unidos, Equador e Brasil. Isso significa que as drogas circulam com maior intensidade na região, em proximidade às zonas de cultivo.
- As consequências deste fenômeno foram inúmeras para as condições de segurança da América do Sul. Uma chamada “**crise de governança**” se instaurou, sobretudo na região amazônica, com a confluência de operações vinculadas ao narcotráfico, ao garimpo ilegal, o chamado **narcogarimpo**, e à pesca; que geraram violência e conflitos contra comunidades locais. Entre os casos mais agudos, estão as comunidades Yanomamis.
- **A Bacia Amazônica tem mais de 4,5 mil locais de mineração ilegal.** A Amazônia brasileira tem 321 minas de ouro ilegais, ativas e inativas, identificadas nos nove estados que formam a Bacia Amazônica brasileira. **O desmatamento da Amazônia aumentou 25% no primeiro semestre de 2020** e a contribuição da atividade mineradora para as taxas de desmatamento aumentou de 4%, em 2017, para 23%, em territórios indígenas, de acordo com dados registrados até 10 de junho de 2020 (INPE). O desmatamento se concentrou em territórios indígenas onde entre 2018 e 2019, a degradação ambiental causada pela mineração aumentou 107%.
- Assim, observa-se que a região da Amazônia legal tem sido um **hub de operações ilegais que se sobrepõem entre si**, e cada vez, percebe-se que há conexões entre o garimpo e o narcotráfico; exigindo, portanto, soluções adequadas, rápidas e integradas, a partir de esforço conjunto entre os países da região.
- A América do Sul há décadas tem sido identificada como a maior produtora de cocaína do mundo. Para além disso, mais especificamente nas fronteiras fluviais amazônicas, crimes ambientais, como o desmatamento para exploração de madeira e a mineração ilegal, que também ocorrem há décadas na região; têm adquirido um novo status, de **narcogarimpo**, ao se vincularem com o tráfico de drogas na região.
- Entre as reservas indígenas afetadas pela mineração ilegal, encontram-se os territórios **Kayapo, Menkragnoti, Yanomami e Munducuru**, no Brasil, além dos povos Shuar Arutam, no Equador e Awajún, entre outras no Peru.
- Há uma grande concentração de zonas de exploração ilegais (fluviais e terrestres) no Peru, em suas zonas fronteiriças com a Colômbia, na tríplice fronteira com a Colômbia e Brasil, com a Bolívia e sobretudo com o Equador. Vale mencionar que esses territórios têm demandado “**forças extras**”, **com emprego de empresas de segurança privada**, que podem servir ao Estado e/ou aos grupos de mineradores ilegais, o que tem gerado muitos conflitos na região.
- Segundo o Ministério da Saúde e inúmeras fontes divulgadas a partir **de 20 de janeiro de 2023, 570 crianças Yanomamis morreram entre 2018 e 2022**, como consequência da contaminação por mercúrio, desnutrição e fome.

- As rotas internacionais, sobretudo vindas da Colômbia, transformaram a região da Amazônia Legal em um grande território de trânsito das drogas que vão pra Europa, causando drásticas mudanças nas dinâmicas locais de violência, envolvendo diretamente as facções locais nos últimos anos. **As rotas da região amazônica fazem circular 40% do volume total de recursos vinculados ao tráfico de cocaína, que corresponde a 4% do PIB brasileiro.**

Antecedentes

O Brasil possui reconhecido histórico de liderança em matéria de segurança regional. Ao longo de todo o século XX buscou desempenhar o papel de “liderança pacífica” na região, ao mesmo tempo em que consolidou suas fronteiras, seja ao Sul, na região da Bacia do Prata, seja ao Norte, na fronteira amazônica. Entre os inúmeros desafios que permanecem como sendo prioritários na agenda da Política Externa Brasileira, sabe-se que a estabilização, vigilância e monitoramento das fronteiras terrestres seguem sendo uma busca permanente.

O contexto da democratização foi crucial no sentido de consolidar mecanismos de cooperação em matéria de segurança. Nesse sentido, o Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política da América Latina e do Caribe (Grupo do Rio), criado em 1986, consolidava uma iniciativa entre Brasil, Argentina, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela; e foi um mecanismo de consulta que vinculava a discussão e deliberação sobre temas de segurança aos necessários sistemas democráticos dos países envolvidos.

Neste mesmo contexto, a criação do MERCOSUL, em 1991, via protocolo de Assunção, consolidou a integração do Brasil com Argentina, Paraguai e Uruguai e, em 1998, via Protocolo de Ushuaia, os membros reafirmam seu compromisso enquanto bloco e se comprometem com a manutenção e aprofundamento democrático entre seus países. Em paralelo, em 1991, Brasil e Argentina protagonizaram um dos maiores processos institucionais de geração de confiança mútua em matéria de segurança: Acordo de Guadalajara para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear entre Brasil e Argentina. Entre suas inovações, o Acordo determinou a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), selando, assim, o compromisso de utilização de tecnologia nuclear para fins exclusivamente pacíficos.

Principais contornos da Segurança Regional

Já em um novo momento político, em meados dos anos 2000, em que a região apresentou uma grande convergência político-ideológica, o Brasil buscou ainda mais autonomia e liderança regional, e criou-se, assim a União das Nações Sul-Americanas UNASUL, formada por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Além de ser um locus para a integração política, em infraestrutura, energia e meio ambiente, a UNASUL contou com dispositivos institucionais para articular e solucionar

problemas comuns em matéria de segurança¹.

Um deles foi o Conselho Sul-Americano para o Problema Mundial das Drogas (CSPMD), criado em 2009, durante a III Reunião Ordinária do Conselho de Chefas e Chefes de Estado da Unasul com o nome original de Conselho Sul-Americano de Luta contra o Narcotráfico. O principal objetivo do mecanismo foi a criação de um instrumento jurídico regional para o enfrentamento da questão da droga na América do Sul. Em suma, buscou-se a institucionalização de um instrumento que promovesse a articulação, gerenciamento e coordenação regional para questões relacionadas a toda a cadeia produtiva de narcóticos, desde seu cultivo, passando pela comercialização e chegando até a lavagem de dinheiro.

A criação do CPMD buscou, todavia, manter a soberania estatal quanto ao tema, porém previa a harmonização de políticas públicas dos Estados e ações em foco na elaboração de estratégias, planos e mecanismos de cooperação para o tratamento integral do narcotráfico e (ii) edificação de uma identidade sul-americana e um mecanismo de cooperação institucional que apresentasse alternativas na luta contra esse problema, por meio do diálogo e consensos (CASTRO, 2015; Lyra; Elias, 2015).

Já o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) foi criado em 2008, no âmbito da UNASUL, e foi considerado, à época, um projeto inovador em termos de cooperação e coordenação militar no continente sul-americano. O CDS teve como objetivo primordial a criação de um mecanismo regional de diálogo sobre as temáticas defesa, segurança e cooperação militar, com foco em interações regulares entre autoridades de defesa de cada país, gerando, assim, bases sólidas para a confiança mútua e comunicação intrarregional em momentos críticos. Nesse sentido, o CDS conferiu aos 12 países do continente sul-americano, um conjunto de ferramentas que tornou viável a organização e gerenciamento de temas ligados à esfera militar, em um continente extremamente assimétrico em termos de potência militar, e que enfrenta problemas estruturais sobre defesa e segurança (Abdul-Hak, 2013).

Diante da mais grave crise recente diplomática envolvendo dois países da América do Sul, quando em 2008 a Colômbia invadiu o território equatoriano na província de Sucumbios e atacou um acampamento das FARC, teve acesso aos computadores contendo inúmeras informações, e o líder das FARC naquele momento, Raúl Reyes, foi assassinado. Nesse episódio, o Brasil teve participação como mediador, ao lado da Argentina, Peru e Panamá. E vale destacar que esta crise fronteiriça intensificou os arranjos para que o Conselho de Defesa Sul-Americano

1 Fonte: Parlasul. Unasul. Disponível em: <https://parlamentomercosur.org/innovaportal/v/4503/1/parlasul/unasul.html> Acesso em 20/06/2023.

fosse criado, e que mecanismos de confiança fossem intensificados entre os países naquele momento.

Entre as questões que se fizeram mais presentes há quase uma década, a UNASUL foi o arranjo institucional que lidou com questões envolvendo atores armados não-estatais, e atores estatais, envolvendo, sobretudo, questões de fronteira. Dentre os desafios, o tema do tráfico de drogas, do fluxo de pessoas (imigração legal e refugiados), bem como o garimpo ilegal e a violência contra comunidades locais, crimes ambientais; foram permanentes ao longo do período, e se intensificaram durante a administração do governo Bolsonaro.

Sendo assim, durante os quatro anos de governo Bolsonaro no poder, houve a desarticulação dos processos de integração regional criados nas gestões anteriores. Entre tais processos, vale destacar que em 2019 Bolsonaro encerrou as atividades da UNASUL, e iniciou tratativas para a criação da PROSUL, com forte articulação entre Brasil, Chile, naquele momento comandado por Sebastian Piñera; e Colômbia, então presidida por Ivan Duque. (O GLOBO, 2019)

Com uma abordagem ideologizada e crítica à instituição, foram sendo desarticuladas e esvaziadas as institucionalidades da UNASUL, até que suas atividades cessaram por completo. Em paralelo,

políticas de combate às drogas e de combate ao garimpo, mineração ilegal também foram arrefecidas no período.

Segurança regional e desafios remanescentes

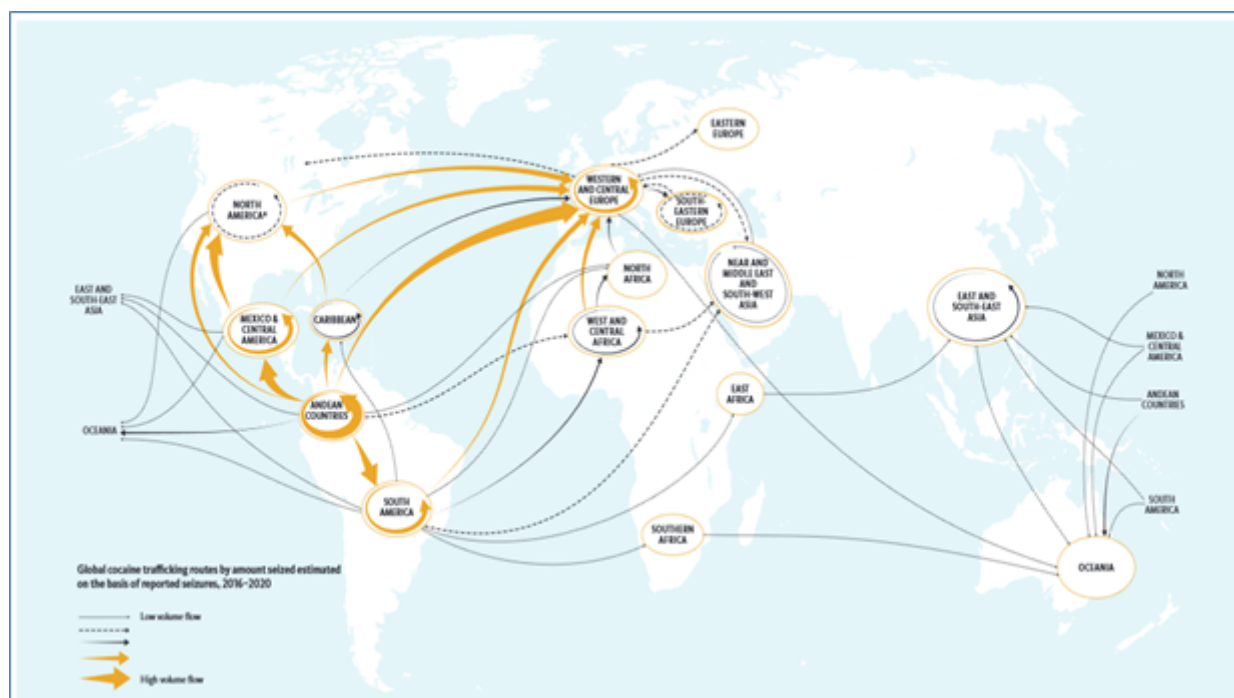
Os principais desafios para a segurança regional permanecem sendo de ordem transnacional, vinculados ao tráfico internacional de drogas, bem como questões ligadas à mineração e garimpo ilegal, o que causa uma série de prejuízos ambientais e danos às comunidades locais: ribeirinhas, indígenas, quilombolas, pesqueiras, entre outras.

Sabe-se que na região estão os maiores produtores de cocaína do mundo: Colômbia, Peru e Bolívia, e que de tais países saem as rotas para o tráfico internacional, via Pacífico até América Central e México, para ingresso nos Estados Unidos e via Caribe e Brasil (região amazônica e tríplice fronteira sul) para ingresso nos mercados europeus.

No gráfico acima, é possível observar o percentual de drogas apreendidas no continente sul-americano.

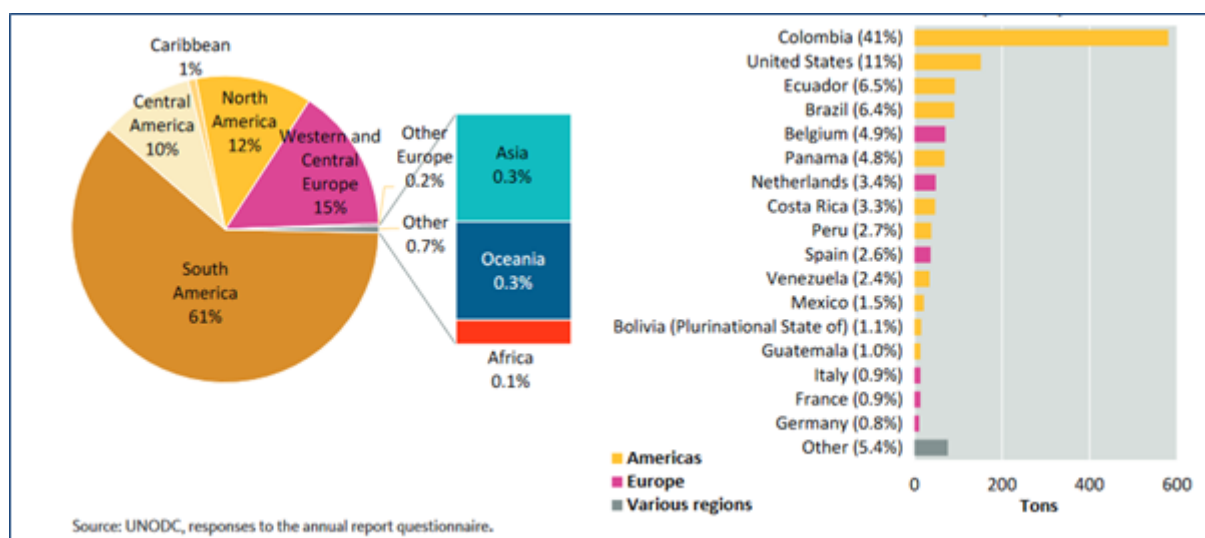
Percebe-se que a América do Sul é a região onde houve maior percentual de drogas apreendidas, representando 61%, segundo dados da ONU, 2022.

Gráfico 1: Fluxos globais de cocaína (2016-2020)



Fonte: World Drug Report 2022. <https://dataunodc.un.org/dp-drug-seizures>. Acesso em: 24/06/2023

Gráfico 2 e 3: Quantidade Global de apreensões de Cocaína por região, sub-região e país



Fonte: World Drug Report 2022. <https://dataunodc.un.org/dp-drug-seizures>. Acesso em: 24/06/2023

Os países que mais observaram apreensões foram a Colômbia, Estados Unidos, Equador e Brasil. Isso significa que as drogas circulam com maior intensidade na região, em proximidade às zonas de cultivo.

No gráfico abaixo, é possível observar o aumento exponencial que houve na apreensão de drogas em 2020, possivelmente um reflexo da pandemia, e na dificuldade que os traficantes encontraram para fazer o transporte das drogas neste momento, mediante a diminuição dos fluxos em geral.

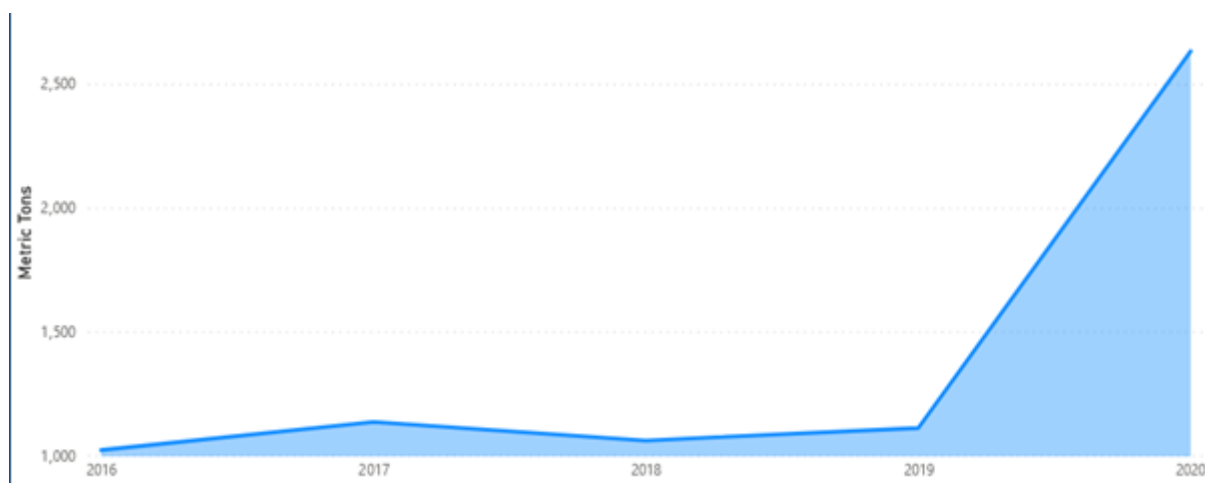
As consequências deste fenômeno foram inúmeras

para as condições de segurança da América do Sul. Uma chamada “crise de governança” se instaurou, sobretudo na região amazônica, com a confluência de operações vinculadas ao narcotráfico, ao garimpo ilegal e à pesca; que geraram violência e conflitos contra comunidades locais. Entre os casos mais agudos, estão as comunidades Yanomamis.

Mineração

A Bacia Amazônica tem mais de 4,5 mil locais de mineração ilegal. A Amazônia brasileira tem 321 minas de ouro ilegais, ativas e inativas, identificadas nos nove estados que formam a Bacia Amazônica

Gráfico 4: Total de Apreensões de Cocaína do continente americano



Fonte: World Drug Report 2022. <https://dataunodc.un.org/dp-drug-seizures>. Acesso em: 24/06/2023

brasileira. O desmatamento da Amazônia aumentou 25% no primeiro semestre de 2020 e a contribuição da atividade mineradora para as taxas de desmatamento aumentou de 4%, em 2017, para 23%, em territórios indígenas, de acordo com dados registrados até 10 de junho de 2020 (INPE). O desmatamento se concentrou em territórios indígenas onde entre 2018 e 2019, a degradação ambiental causada pela mineração aumentou 107%.

Somente entre 2017 e 2019, 1.174 hectares de floresta foram perdidos em razão da mineração de ouro no território Yanomami e, em 2019, o território teve as maiores taxas de desmatamento dos últimos dez anos, chegando a 418 hectares. O território Munduruku viu o maior aumento no desmatamento em 2020,

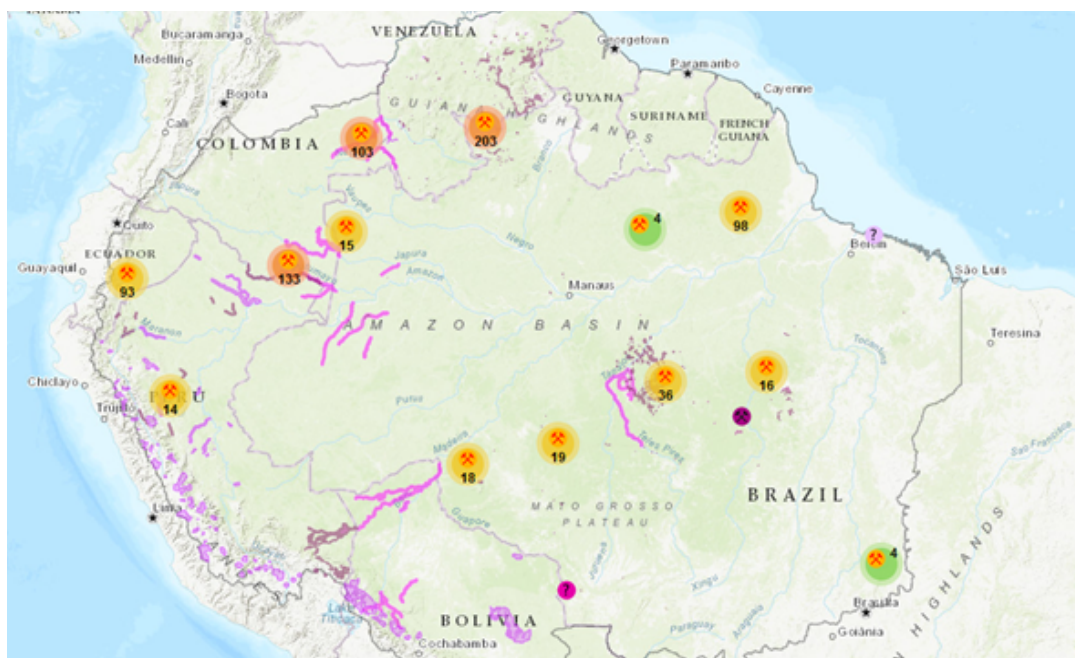
com um crescimento de 58% no desmatamento referente à mineração, nos primeiros quatro meses de 2020, comparando-se com o mesmo período do ano anterior. (INSTITUTO IGARAPÉ, 2021).

No **mapa a seguir**, é possível observar as áreas de garimpo ilegal no território brasileiro e percebe-se a incidência na região amazônica, especialmente nas zonas de fronteira.

Percebe-se que entre os países que mais desmatam, o Brasil tem o maior percentual, com aproximadamente uma média de 15.000 km desmatados por ano, e uma intensificação observada em 2020.

Outro dado que nos chama a atenção, como se pode

Mapa 1: Áreas, Pontos e Rios com Mineração Ilegal na Região Amazônica



Fonte: Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg) 2020 Disponível em: <https://mineria.amazoniasocioambiental.org/> Acesso em 24/06/2023

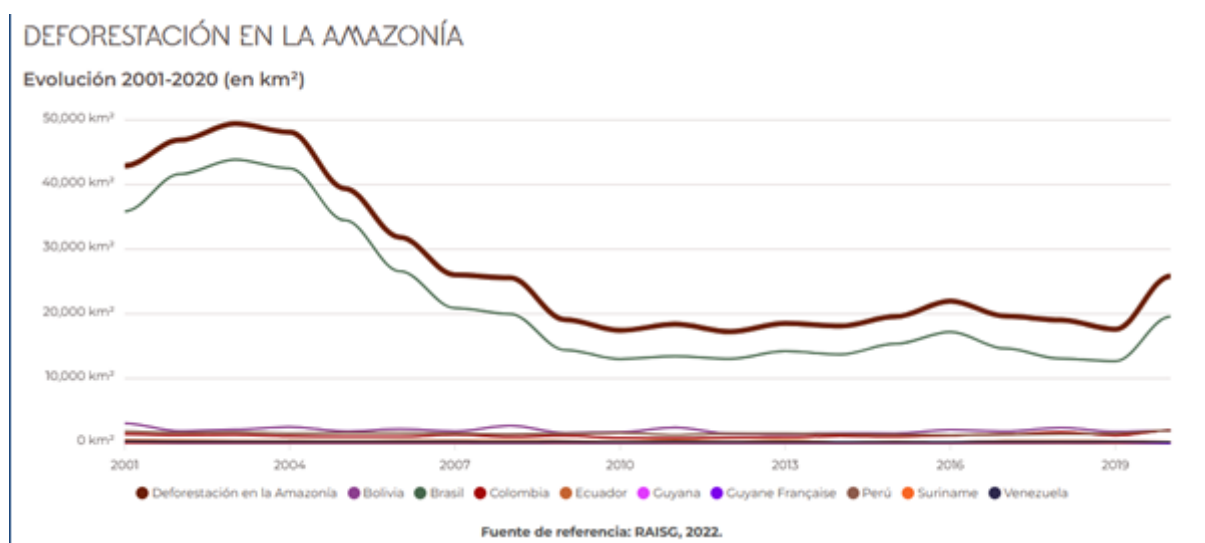
observar no **Gráfico 6**, foi o aumento exponencial do desmatamento em terras indígenas durante o ano de 2020. O percentual passou de 6% para 23%, em apenas um ano. Nesse sentido, o contexto da pandemia, somado a questões de diretrizes internas, acelerou a percepção de impunidade e intensificou a chamada “crise de governança” na região amazônica.

Lula reintegrou o Brasil à UNASUL em 6 de abril de 2023. Nesse contexto, o presidente lembrou a UNASUL, criada em 2008, e que, segundo o presidente, foi um órgão que permitiu que as nações se conhecessem melhor. Esse discurso, aliado ao retorno oficial do país à UNASUL, ocorrido em 07 de abril, revertendo uma decisão de 2019, promovida pelo então presidente Jair Bolsonaro de retirar o

Brasil do órgão, mostra que a América Latina será um elemento central para o novo governo (BBC, 2023).

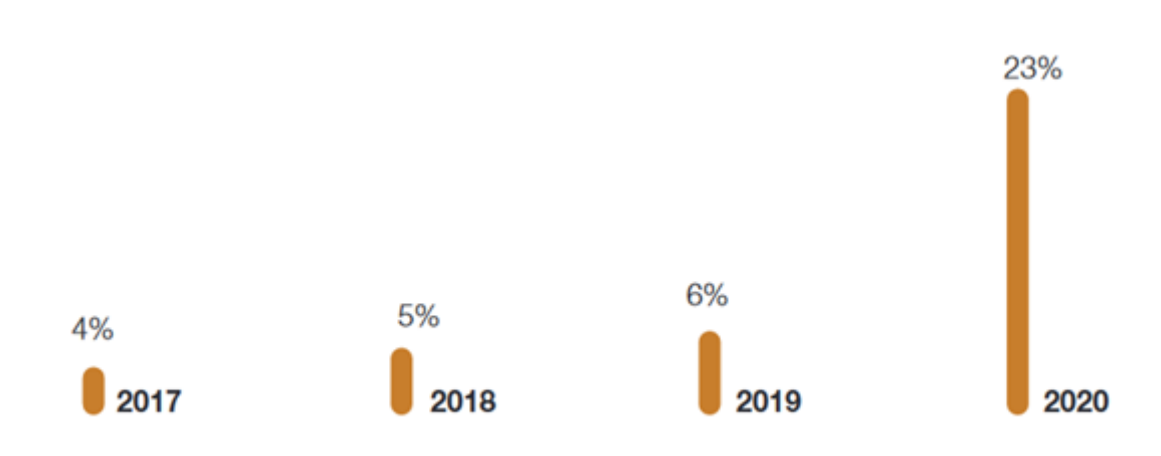
Ainda na reunião de maio, o presidente Lula foi categórico em buscar retomar ferramentas e diálogos com vistas a impulsionar a integração regional e destacou 10 propostas para tanto, as quais versavam sobre cooperação financeira e em termos de financiamento; iniciativas com foco em convergência regulatória e desburocratização; atualização de projetos de infraestrutura; ações para o enfrentamento da mudança do clima; ações voltadas à saúde da população, defesa e segurança e energia (FOGERINI, 2023).

Gráfico 5: Desmatamento na Região da Amazônia por país entre 2001 e 2020 (Km²)



Fonte: Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg) 2020 Disponível em: <https://www.raisg.org/es/infografia/>. Acesso em 24/06/2022

Gráfico 6: Desmatamento causado pela mineração em território indígena detectado por DETER (INPE) entre 2017 e 2020



Fonte: Instituto Igarapé. O Ouro Ilegal que mina florestas e vidas na Amazônia: Uma visão geral da mineração irregular e seus impactos nas populações indígenas. 2021 Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2021/05/AE-53_O-ouro-ilegal.pdf. Acesso em 2023.

O Governo do ex-presidente Jair Bolsonaro foi marcado não somente pela estagnação em termos de processos de integração regional, mas, também, por retrocessos, uma vez que a retirada do Brasil de órgãos essenciais para tanto, fez com que o país deixasse de contribuir substancialmente para a evolução do diálogo e cooperação em diversos temas. O reavivamento da UNASUL, que consiste num modelo associativo intergovernamental, em que atores soberanos buscam formular e implementar processos que visam incrementar a integração regional, será peça fundamental nessa nova fase que vive a geopolítica regional, com o aumento

do número de governos de esquerda e a busca por maior justiça social e mitigação das desigualdades econômicas na região (BORGES, 2023).

Em documento recém-publicado, Junho de 2023, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, intitulado “Segurança Pública e Crime Organizado na Amazônia Legal” a preocupação com esta “crise de governança” na região também está presente. Veja a seguir o que afirma o documento:

“(…) pelos diagnósticos e informações disponíveis sobre o cenário da violência e da segurança pública na Amazônia, é possível dizer que as capacidades

institucionais e os arranjos interinstitucionais das forças de segurança pública e fiscalização ambiental na Amazônia não produzem capacidade operativa ou níveis de integração suficientes para fazer frente ao avanço da criminalidade organizada que cresce na região, seja em relação ao narcotráfico, aos crimes ambientais, seja nas intersecções desses dois universos.” (FBSP, 2023: 4)

O estado do Amazonas apresentou a maior taxa de letalidade em 2022, de 33,1/ 100.000 habitantes. Já em 2021, o estado atingiu 36,8/100.000 habitantes, maior índice desde 2009, segundo dados coletados pelo FBSP (2023).

O retrato que se forma a partir dos dados aqui analisados é que a “crise de governança” significa uma maior e mais densa atuação de grupos criminosos organizados na região, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). Observem relato no documento do FBSP:

“Esse fluxo de drogas, pelas diferentes rotas disponíveis, tem sido objetivo de disputas entre as duas principais facções criminosas do país, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). Essas disputas atingiram seu ápice entre 2016 e 2017, após o assassinato do importante traficante Jorge Rafael em Pedro Juan Caballero, em 2016. Naquele momento, o PCC alcançava predomínio nas rotas utilizadas no Centro-Oeste brasileiro, empurrando a atuação do CV em direção ao Norte, onde intensificou o processo de alianças, conflitos e acomodações com facções e outros grupos de origem regional, como a Família do Norte (FDN) ou Os Crias. Neste contexto, a chamada rota do rio Solimões, que passa pela cidade Tabatinga, na tríplice fronteira Peru-Colômbia-Brasil, adquire ainda mais importância. (FBSP, 2023:6)

Assim, observa-se que a região da Amazônia legal tem sido um hub de operações ilegais que se sobrepõem entre si, e cada vez, percebe-se que há conexões entre o garimpo e o narcotráfico. Por meio de uma entrevista com um militar colombiano², foi possível identificar que a fronteira Brasil-Colômbia tem sido marcada por inúmeros incidentes envolvendo narcotraficantes, garimpeiros, violência contra a comunidade indígena local, e exploração sexual em barcos nos rios afluentes, servindo a estas atividades ilegais. Em paralelo, maquinários e especialistas brasileiros em operar máquinas híbridas do garimpo, têm sido vistos constantemente em território colombiano na região de fronteira com o Brasil.

Finalmente, a partir do que se pode depreender dos dados expostos, percebe-se que a arquitetura de segurança regional que se desenha mescla mecanismos estatais, com fenômenos praticados por atores não-estatais, de natureza transnacional, exigirá, portanto, não apenas um resgate, como já foi feito, das institucionalidades de integração, como

no caso da UNASUL, mas também um adensamento do diálogo sobre segurança pública e criminalidade transnacional, com uma necessária intensificação das operações militares e policiais conjuntas, compartilhamento dos sistemas de monitoramento e criação de um mecanismo mais ativo e flexível de diálogo entre as autoridades.

II- Identificação e Diagnóstico

Sabe-se que a região amazônica vem sendo afetada pela mineração ilegal e que houve um incremento substancial na última década, gerando inúmeros efeitos ambientais e sociais na região. Nesse sentido, é importante visualizar a dimensão de tal atividade neste território. O documento “*Nuevo estudio identifica 49 zonas afectadas por la minería ilegal en la Amazonía*”, da organização *Mongabay*, traz um importante panorama sobre o fenômeno. Publicado em outubro de 2023, o estudo indica a existência de 58 zonas afetadas pela mineração em bosques ou rios, sendo que 49 são focos ilegais de mineração na Amazônia, como se pode observar no [Mapa 2](#).

Segundo o Informe, entre as reservas indígenas afetadas pela mineração ilegal, encontram-se os territórios Kayapo, Menkragnoti, Yanomami e Munducuru, no Brasil, além dos povos Shuar Arutam, no Equador e Awajún, entre outras no Peru. Em paralelo, as áreas protegidas mais afetadas pelo garimpo ilegal são o Parque Nacional Podocarpus, no Equador (o que, inclusive, extrapola a região amazônica), o Parque Nacional Madidi, na Bolívia, os Parques Nacionais Canaima, Caura e Yapacana, na Venezuela, na Reserva Nacional Tambopata e Reserva Comunal. (Mangabay: 2023: 6)

O [mapa abaixo](#) mostra uma grande concentração de zonas de exploração ilegais (fluviais e terrestres) no Peru, em suas zonas fronteiriças com a Colômbia, na tríplice fronteira com a Colômbia e Brasil, com a Bolívia e sobretudo com o Equador. Vale mencionar que esses territórios têm demandado “forças extras”, com emprego de empresas de segurança privada, que podem servir ao Estado e/ou aos grupos de mineradores ilegais, o que tem gerado muitos conflitos na região.

Abaixo se pode ver um conjunto de balsas mineiras atuando no Rio Cenepa, no Peru, já na região fronteiriça com o Equador.

Há uma série de elementos cruciais neste fenômeno que se referem ao ciclo de subdesenvolvimento em que estão inseridas as populações que habitam

² A entrevista foi realizada sob confidencialidade, por telefone, em março de 2023.

Mapa 2: Zonas de Mineração terrestre e fluvial na região amazônica



Fonte: Mangabay, 2023:2.

o entorno dessas regiões: a prática de mineração ilegal contamina as águas, afeta a fauna e impede que atividades legais transcorram normalmente nessas localidades. Além disso, a mineração impulsiona outras atividades ilegais, como a venda de armas, lavagem de dinheiro e prostituição. E vem sendo fruto de interesse de grupos de narcotráficos maior

alcance, com cooperações logísticas entre tais grupos. O ciclo do subdesenvolvimento, portanto, vem acompanhado da presença da violência que intimida, ameaça, isola e ataca comunidades locais, especialmente povos originários que habitam esses territórios.

Imagem 1: Balsas mineiras juntas em plena exploração do Rio Cenepa



Fonte: Mangabay, 2023: 5.

Imagem 2: O Equador e seu importante incremento na mineração ilegal



Fonte: Mangabay, 2023: 9.

Ainda sobre o Equador, os dados apontam para um alarmante incremento de 300% na mineração ilegal, com aumento de mais de 7.000 hectares, causando impactos ambientais e sociais enormes para o país. (Mangabay: 2023: 9)

III - Mapeando as ameaças na Região Amazônica

Nesta sessão buscar-se-á identificar as principais ameaças que assolam as tríplice-fronteiras presentes na Amazônia Legal, quais sejam a tríplice fronteira Venezuela, Colômbia e Brasil, e a tríplice fronteira Colômbia, Peru e Brasil, com suas principais dinâmicas que puderam ser observadas, bem como identificar as principais tendências relacionadas ao narcotráfico na região.

a) A Tríplice fronteira Venezuela, Colômbia e Brasil

Desde a década de 80, vem crescendo exponencialmente a atividade de mineração ilegal na região da tríplice fronteira Venezuela-Colômbia-Brasil, atingindo, especificamente na fronteira entre Venezuela e Brasil, o Território Indígena Yanomami. Os rios afluentes Orinoco e Rio Negro se tornaram importantes espaços de dragagem, onde por meio de grandes escavadeiras, o fundo dos rios é “remexido”, para se encontrar ouro. Para separar o ouro da terra, o mercúrio é utilizado. Há, nesse processo, ao menos

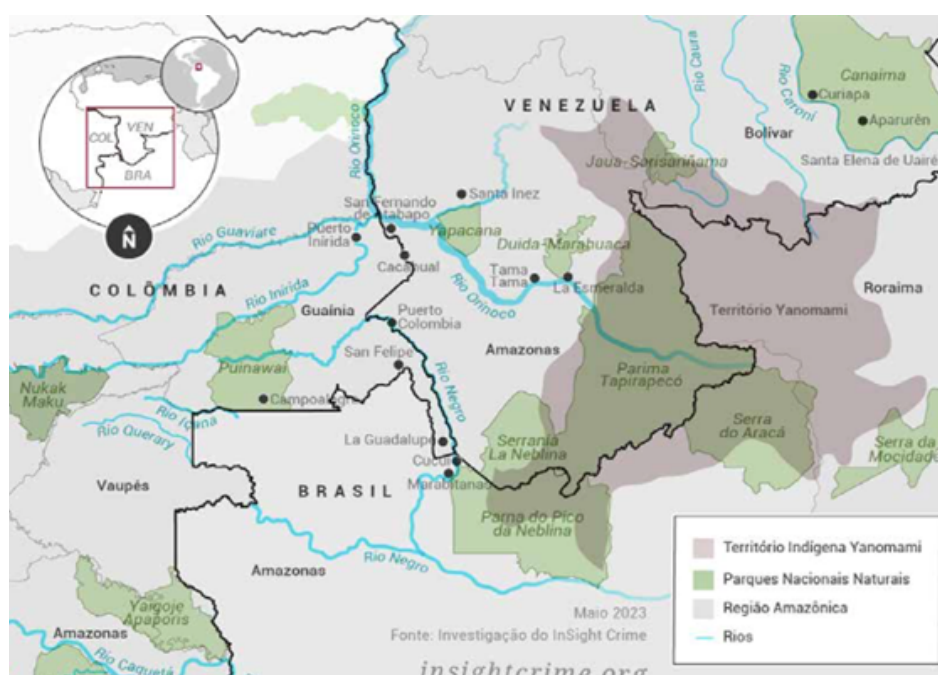
duas consequências imediatas: o “lameamento” das águas, em que os rios vão ficando turvos, afetando a fauna, a pesca, e a própria navegabilidade; e a contaminação dos rios por mercúrio, afetando diretamente a fauna e as populações locais.

Uma outra consequência direta deste processo é o isolamento e a consequente fome das tribos indígenas, que passam a se locomover pelos rios com maior dificuldade perante os operadores da mineração ilegal, que bloqueiam os rios com os maquinários e impedem sua passagem. Segundo o Ministério da Saúde e inúmeras fontes divulgadas a partir de 20 de janeiro de 2023, 570 crianças Yanomamis morreram entre 2018 e 2022, como consequência da contaminação por mercúrio, desnutrição e fome. (Fiocruz: 2023). Há, neste processo, relatos de violência aberta, ameaças e intimidação à população indígena. Os documentos também apontam para casos de conivência e omissão governamental, o que poderia ser indício de corrupção nestas regiões.

Pelo mapa georreferenciado, **Mapa 4**, é possível notar que todo o arco leste da região amazônica está sendo cercado pelo desmatamento, assim como é possível visualizar o “sufocamento” da Terra Indígena Yanomami, cercada por focos de mineração ilegal, pistas clandestinas e o próprio desmatamento. Vale notar que tanto os desmatamentos, quanto os focos de mineração ilegal seguem as margens dos rios afluentes, sendo estes, portanto, os “corredores naturais” para tais atividades.

Segundo o Relatório do Instituto Igarapé, dos lados colombiano e venezuelano, as atividades de mineração ilegal ocorrem, entre outros atores, sob o controle de

Mapa 3: Tríplice Fronteira Amazônica entre Venezuela, Colômbia e Brasil



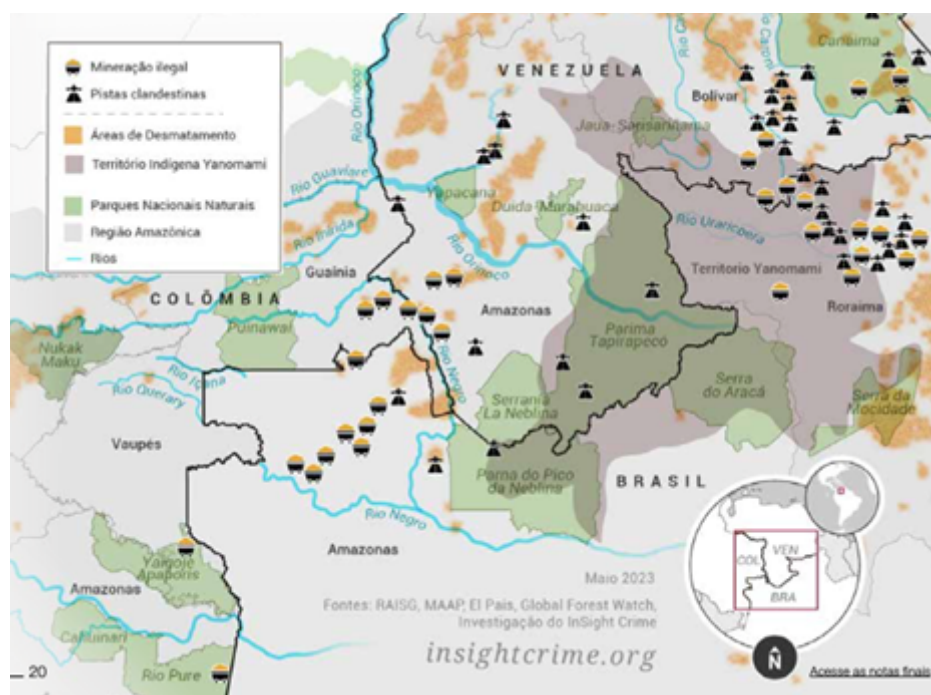
Fonte: Instituto Igarapé, 2023: 5.

dissidentes das ex-Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e pelo Exército de Libertação Nacional (ELN).

E no Brasil, segundo relato obtido em entrevista a

um militar colombiano, em setembro de 2023, tem ocorrido uma cada vez maior atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC), que, ao que constam, está dando cobertura tática à operação da mineração ilegal, em troca de percentuais da exploração do ouro;

Mapa 4: Mineração Ilegal e desmatamento na fronteira entre Brasil, Venezuela e Colômbia



Fonte: Instituto Igarapé, 2023: 20.

Imagem 3: Povo indígena Yanomami na Venezuela afetado pela mineração ilegal.



Fonte: Mangabay, 2023: 20

o que na prática, passa a ser a manutenção e controle da “segurança” desta operação na região. As pistas clandestinas, nesse sentido, muito próximas aos rios afluentes e às zonas de mineração ilegal, teriam uso duplo: escoamento de drogas e de ouro, sendo controladas (seu custo operacional e segurança) por grandes grupos de narcotraficantes.

No caso da Venezuela, fica notória a concentração da mineração nas zonas fronteiriças, especialmente nos estados de Bolívar e Amazonas.

Como se nota no Relatório Mongabay:

“nos últimos anos, desde 2016 em diante, a mineração ilegal teve um crescimento exponencial. Isso se deve à crise política venezuelana e ao *boom* no preço do ouro nos últimos anos. (...) Os estados de Bolívar e Amazonas é onde se concentra toda a mineração legal e ilegal, porém no estado do Amazonas está proibida esta atividade desde a década de 80, o que evidencia que toda a mineração neste estado é ilegal.” (Mongabay, 2023: 20, tradução nossa)

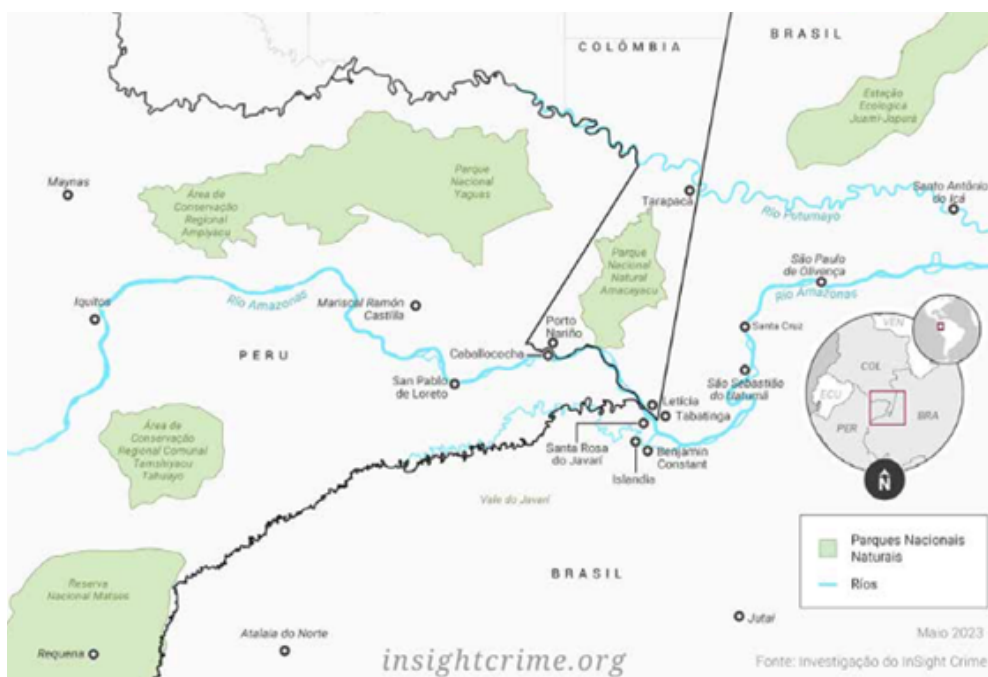
É notável, portanto, que na tríplice fronteira Venezuela, Colômbia e Brasil a mineração ilegal causou danos irreparáveis aos povos Yanomami e grupos ligados ao narcotráfico têm comandado as questões de segurança, se sobrepondo ou abarcando o negócio da mineração ilegal, gerando pactos de conveniência, ou explosões de violência, em busca do controle e domínio destas regiões, seja da rota da cocaína, seja do domínio das áreas de mineração; causando ameaças, isolamento, fome, contaminação, exploração sexual, entre outras ameaças aos povos que ali habitam.

b) A Tríplice fronteira Colômbia, Peru e Brasil

Na tríplice fronteira Colômbia, Peru e Brasil tem sido observado, nos últimos anos, o aumento da circulação de maquinários nos rios afluentes, e, segundo relato feito em setembro de 2023, em Bogotá, por um comandante colombiano, que preferiu não se identificar, maquinários de empresas brasileiras estão sendo vendidos na região fronteiriça com a Colômbia e técnicos brasileiros estão treinando pessoal para operar tais maquinários. Segundo o militar, essa maior movimentação em torno da atividade mineira atraiu mais atividade de narcotráfico e prostíbulos em embarcações que atuam nos rios fronteiriços. Muitas dessas embarcações operam atividades de prostituição/exploração sexual com meninas e adolescentes indígenas. Segundo o militar, as Guardas Costeiras têm muita dificuldade em apreender tais embarcações, pois quando são percebidas, elas fogem das limitações fronteiriças, saindo assim do escopo e controle geográfico das operações costeiras.

O Peru sofreu um incremento das operações de mineração ilegal nos últimos anos. As regiões amazônicas peruanas que mais observaram um incremento foi a região Madre de Dios, no sul, e a região Loreto, ao norte. Nesta última, segundo dados do Relatório Mongabay, a mineração ilegal nos rios aumentou significativamente desde 2020. (Mongabay: 2023: 11)

Mapa 5: Mineração Ilegal e desmatamento na fronteira entre Brasil, Venezuela e Colômbia



Fonte: Instituto Igarapé, 2023: 7.

Já na Colômbia, os efeitos da contaminação por mercúrio se tornaram visíveis. De acordo com o relatório Mongabay, a mineração ilegal no país está presente no rio Putumayo, na fronteira com o Peru, e no rio Puré, na fronteira com o Brasil, assim como na Reserva Nacional Natural Puinawai. Como afirmou Jesús Olivero-Verbel, da Universidad de Cartagena:

“tem muitas regiões na Colômbia que estão experimentando este problema, porém duas me parecem de extrema gravidade: o Chocó biogeográfico e Amazonia.” (Mongabay, 2023:15)

Há uma série de relatos que mostram a crescente operação do Primeiro Comando da Capital (PCC) na região. Há também a presença de dissidentes das

Imagem 4: Dragas dedicadas à mineração ilegal na região de Loreto, Peru



Fonte: Mangabay, 2023: 11

Imagem 5: Rio Caquetá contaminado por mercúrio



Fonte: Mangabay, 2023: 15.

ex-FARC atuando nas fronteiras colombianas com o Peru e Brasil. Como se pode observar abaixo, **no Mapa 6.**

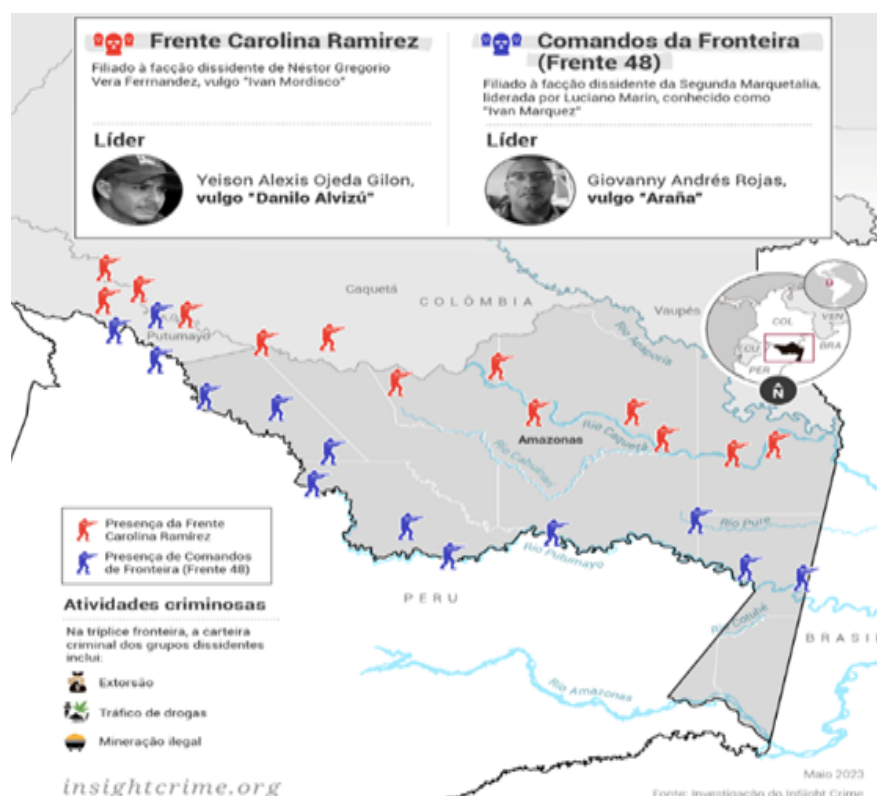
Também é possível observar o tráfico de drogas na Amazônia peruana, com incremento nas regiões fronteiriças. Vale notar, segundo mapa abaixo que nas regiões de maior produção e tráfico, há também pistas de pouso clandestinas. Em que pese a região do VRAEM, com a produção de 32.106 toneladas de cocaína em 2021, as regiões com maior produção e

tráfico foram na fronteira com a Colômbia, Brasil e Bolívia. (Instituto Igarapé, 2023: 37)

c) O Crime Organizado na Região Amazônica

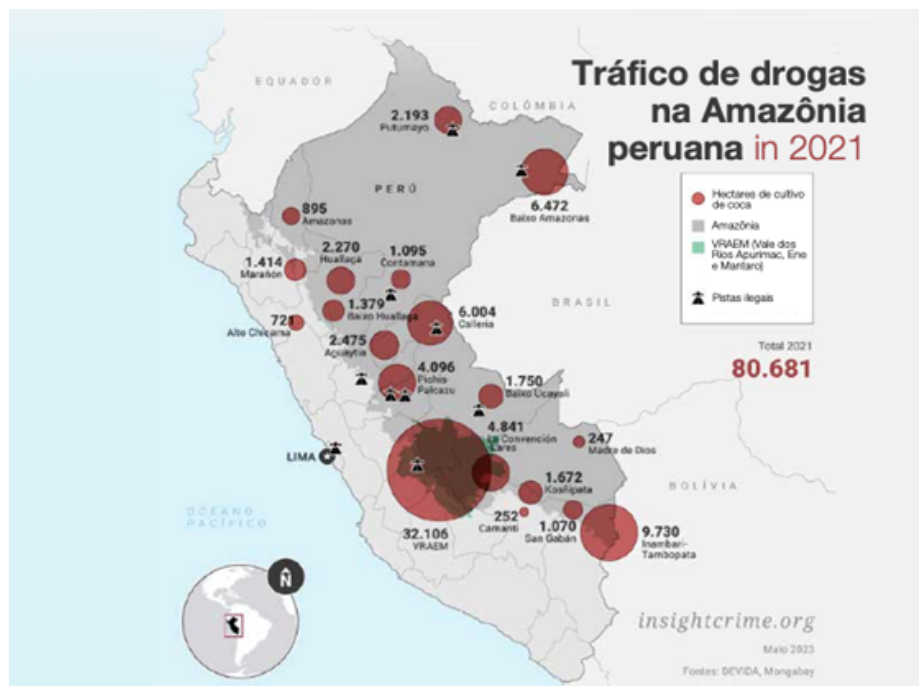
O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) publicou, em junho de 2023, o Informe Especial intitulado “Segurança Pública e Crime Organizado na Amazônia Legal” a fim de mostrar o exponencial crescimento da presença do crime organizado na

Mapa 6: Presença de Máfias das ex-FARC na tríplice fronteira entre Colômbia, Peru e Brasil



Fonte: Instituto Igarapé ibdem Insight Crime.org, 2023: 40.

Mapa 7: Tráfico de drogas na Amazônia peruana em 2021



Fonte: Instituto Igarapé ibidem Insight Crime.org, 2023: 37.

região amazônica, acompanhado do aumento dos números da violência na região.

A região da Amazônia Legal corresponde a 59% do território brasileiro e engloba oito estados- Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parcialmente o Maranhão. Nela residem 56% da população indígena brasileira. O território possui a maior biodiversidade do mundo e uma riqueza a partir da presença dos povos indígenas imensurável. (IPEA, 2008)

Segundo o Informe, desde 2012, a região possui índices de violência mais elevados que a média nacional. Dentre os estados, o Amazonas apresentou a maior taxa de crimes violentos letais intencionais: 33,1/ 1000.000, sendo que a média nacional é de 19/100.000. No ano de 2021, segundo os dados do FBSP, o Estado apresentou sua média histórica, com 36,8/100.000, maior índice desde 2009. (FBSP, 2023:5) Como se pode observar no Mapa 8.

Pelo mapa abaixo, divulgado pelo IPEA, no Atlas da Violência, fica evidente que o estado do Amazonas, Roraima, Amapá (estados fronteiriços), Ceará e Bahia são os mais violentos do país, o que corrobora a presença de facções na região, em franca disputa pelas rotas internacionais de tráfico de drogas.

Pelo Gráfico 7, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com o Instituto Mãe Crioula, em novembro de 2023, o estado do Amapá superou em mais de 100% a média nacional,

com 50,6/100.000 mediante 23,3/100.000 da média nacional, seguido do estado do Amazonas, com 38,8/100.000, que segue crescendo, mediante 36,8/100.000 do ano anterior.

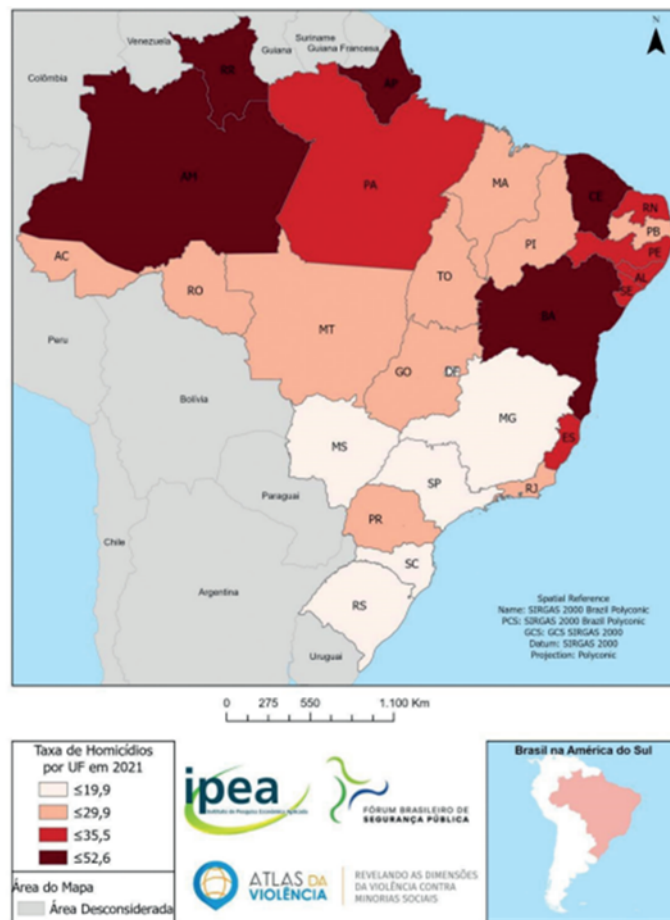
As rotas internacionais, sobretudo vindas da Colômbia, transformaram a região da Amazônia Legal em um grande território de trânsito das drogas que vão pra Europa, causando drásticas mudanças nas dinâmicas locais de violência, envolvendo diretamente as facções locais nos últimos anos. As rotas da região amazônica fazem circular 40% do volume total de recursos vinculados ao tráfico de cocaína, que corresponde a 4% do PIB brasileiro. (FBSP, idem)

Para se traçar um panorama, segundo o Informe, entre 2016 e 2022 houve um incremento de 35,2% da população prisional da região, enquanto a média brasileira foi de 14,1%. (FBSP, 2023:6) Um dos problemas centrais que pode ser identificado neste processo é a baixa presença estatal, como se pode notar em:

À complexidade geográfica, soma-se uma evidente insuficiência da capacidade policial instalada nos estados da região, sobretudo no que se refere aos profissionais responsáveis pelas investigações criminais. (FBSP, 2023:8)

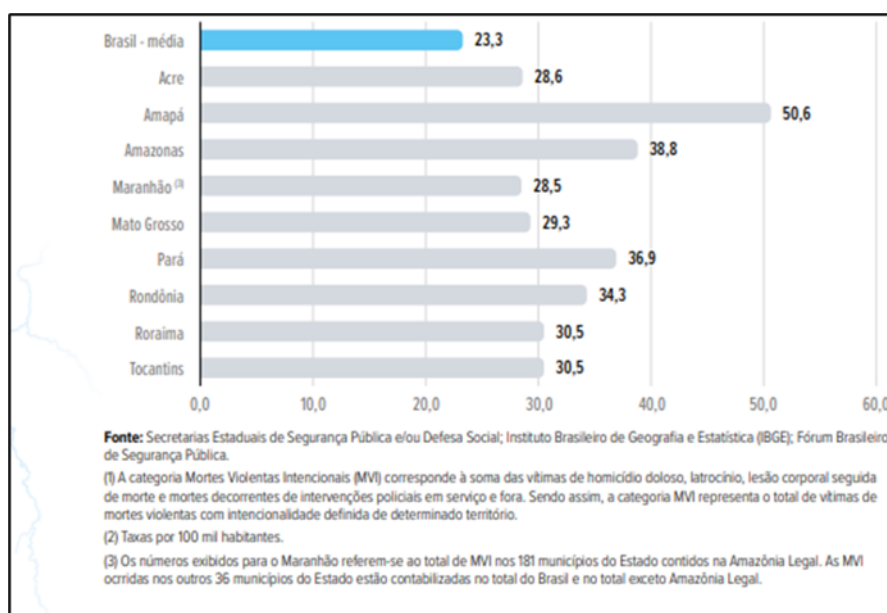
No Brasil, tem-se, na média, um delegado a cada 734km², já nos estados da Amazônia Legal, essa média é de 1 a cada 2.451 km, o que evidencia a precariedade da presença estatal. Vale ressaltar

Mapa 8: Taxa de homicídios por UF Brasil (2021)



Fonte: IPEA/Atlas da Violência, 2023.

Gráfico 7: Taxa de Mortes Violentas Intencionais - UFs da Amaônia Legal (2022)



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Instituto Mãe Crioula. 2023: 13

que o presente *Paper* não defende ou define que o Estado deve se fazer presente somente pelos aparatos policiais, muito ao contrário. Entretanto, é justamente o fato de, muitas vezes, o Estado se fazer presente somente pelos aparatos militares e/ou policiais que o número exíguo na Amazônia legal chama a atenção.

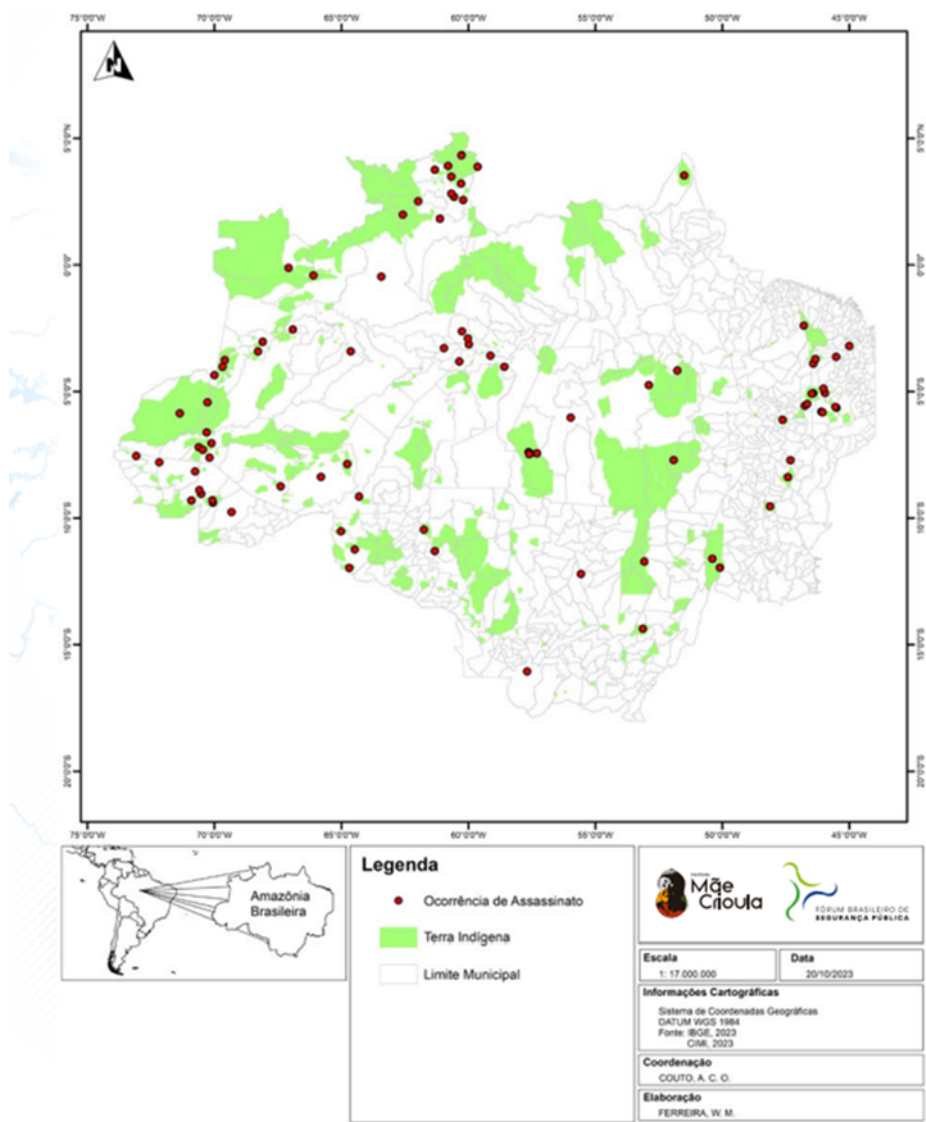
Outro dado alarmante na região é o baixo número de apreensões de armas por parte das Forças Armadas, pois em 2022, segundo dados do FBSP, enquanto a Polícia Federal e Polícia Rodoviária apreenderam 1.252 armas de fogo, a soma da Marinha e do Exército foi de 41 armas de fogo. (FBSP, 2023:9) Em paralelo, as apreensões de drogas no estado do Amazonas, de 2021 para 2022 sofreram uma queda de 75,2%, passando para 7 toneladas em 2022. (FBSP, 2023:10)

Assim, a percepção de impunidade, somada à

fácil circulação de armas na região, para além das dinâmicas de conflitos por acesso a rotas, uso das terras, entre outras dinâmicas, apontam para uma concentração geográfica das mortes de indígenas na Amazônia legal, como se pode observar no Mapa 9.

Certamente, se fosse possível georreferenciar os assassinatos de líderes quilombolas, ativistas políticos e jornalistas na região, certamente, o Mapa não seria tão diferente do que foi possível verificar no Mapa georreferenciado acima, pois a região está sob franca disputa entre diferentes grupos neste momento. Na pesquisa desenvolvida por Pimenta et al (2021), foi possível verificar que o Comando Vermelho (CV), facção surgida no Rio de Janeiro, assumiu, em nível nacional, uma disputa com o Primeiro Comando da Capital (PCC) no Norte e no Nordeste, e hoje é o grupo que mais cresceu na região, tendo disputado intensamente com facções locais, como a Família do

Mapa 9: Assassinatos de Indígenas na Amazônia Legal (1985-2022)



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Instituto Mãe Crioula. 2023: 13

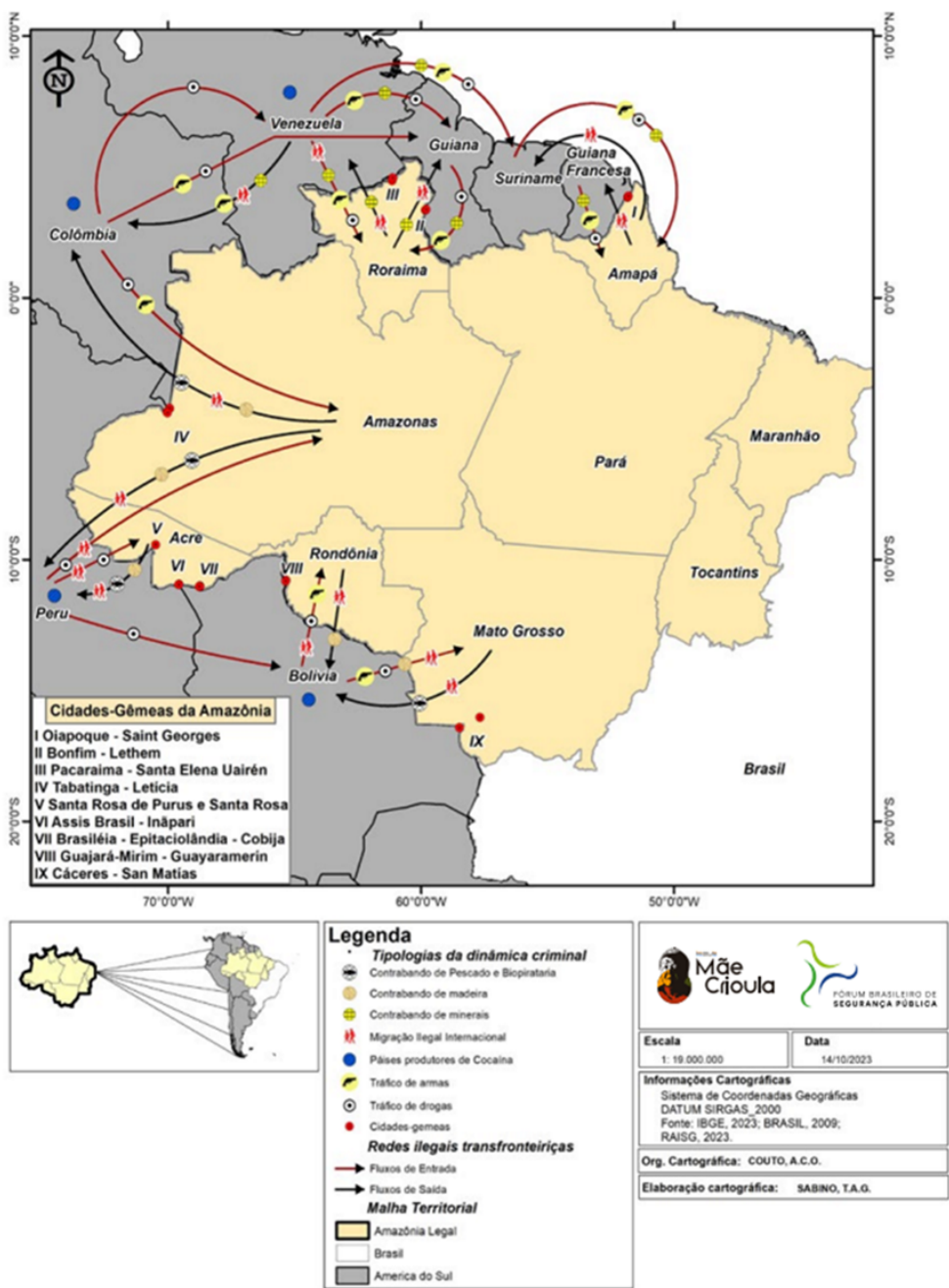
Norte, por exemplo, que foi derrotado nos últimos anos.

No Mapa 10 é possível verificar as cidades-gêmeas da Amazônia e a incidência de crimes nas rotas de entrada e de saída próximas às cidades gêmeas. Por exemplo, entre Letícia e Tabatinga, pode-se observar a incidência de tráfico de armas, contrabando de pescado e biopirataria, migração ilegal internacional, tráfico de drogas, contrabando de madeira, entre outros. Já nas rotas entre Pacaraima e Santa Elena Uairén, há a incidência de contrabando de minerais, imigração ilegal internacional, tráfico de armas,

e tráfico de drogas. Vale ressaltar que tais regiões coincidem com as regiões onde há os maiores números de assassinatos de indígenas, o que, portanto, complementa a percepção do quadro geral dos crimes e da violência na região.

Como se pode observar no Mapa 11 acima, a disputa entre o PCC e o CV nas regiões fronteiriças amazônicas estão acirradas, tendo o CV alcançado uma cobertura maior recentemente, após derrotar a Família do Norte, e após fazer acordos de conveniência com grupos que estavam avançando na região, desde a Venezuela por exemplo, como o Tren

Mapa 10: Dinâmicas Criminais da fronteira amazônica



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Instituto Mãe Crioula. 2023: 52

de Aragua, conforme foi apontado na entrevista com militar colombiano, em setembro de 2023, em Bogotá-Colômbia. Outros grupos, como “Os Crias” “Bonde dos 12” são satélites do CV e/ou do PCC na região, enquanto nas regiões limítrofes fronteiriças, permanece os dissidentes das ex-FARC, como a Frente Carolina Ramirez, Frente Armando Ríos, e, ainda, membros do ELN.

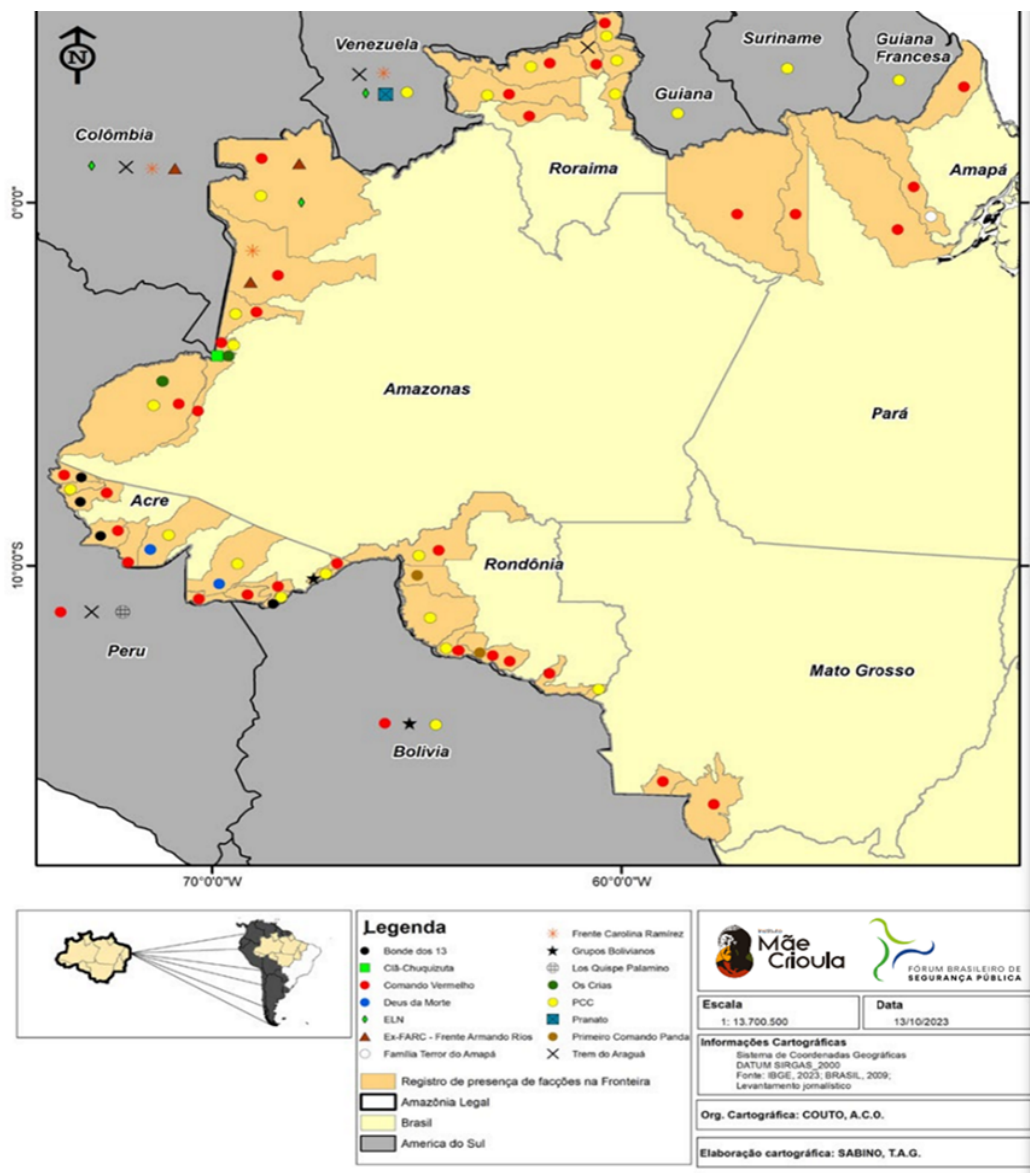
Esta complexa interação entre facções na região vem seguindo uma lógica de concentração do monopólio das atividades com a intensificação da presença mais recente do CV na região. Além disso, como também foi possível observar na já mencionada entrevista com militar colombiano, o PCC diversificou suas atividades, formando alianças táticas com grupos de mineração ilegal, e com grupos ligados à prostituição na região. Para Villa & Pimenta (2019), sempre que

há disputas entre facções em uma determinada localidade, há explosões de violência, e é justamente este momento a que estamos assistindo na região amazônica, com os processos disruptivos em governança causados pela presença e disputa entre CV e PCC na região. (VILLA & PIMENTA: 2019)

Pelo Mapa acima, pode se observar que muitos dos municípios da região amazônica estão sob a presença de duas ou mais facções, e, portanto, estão sob disputa.

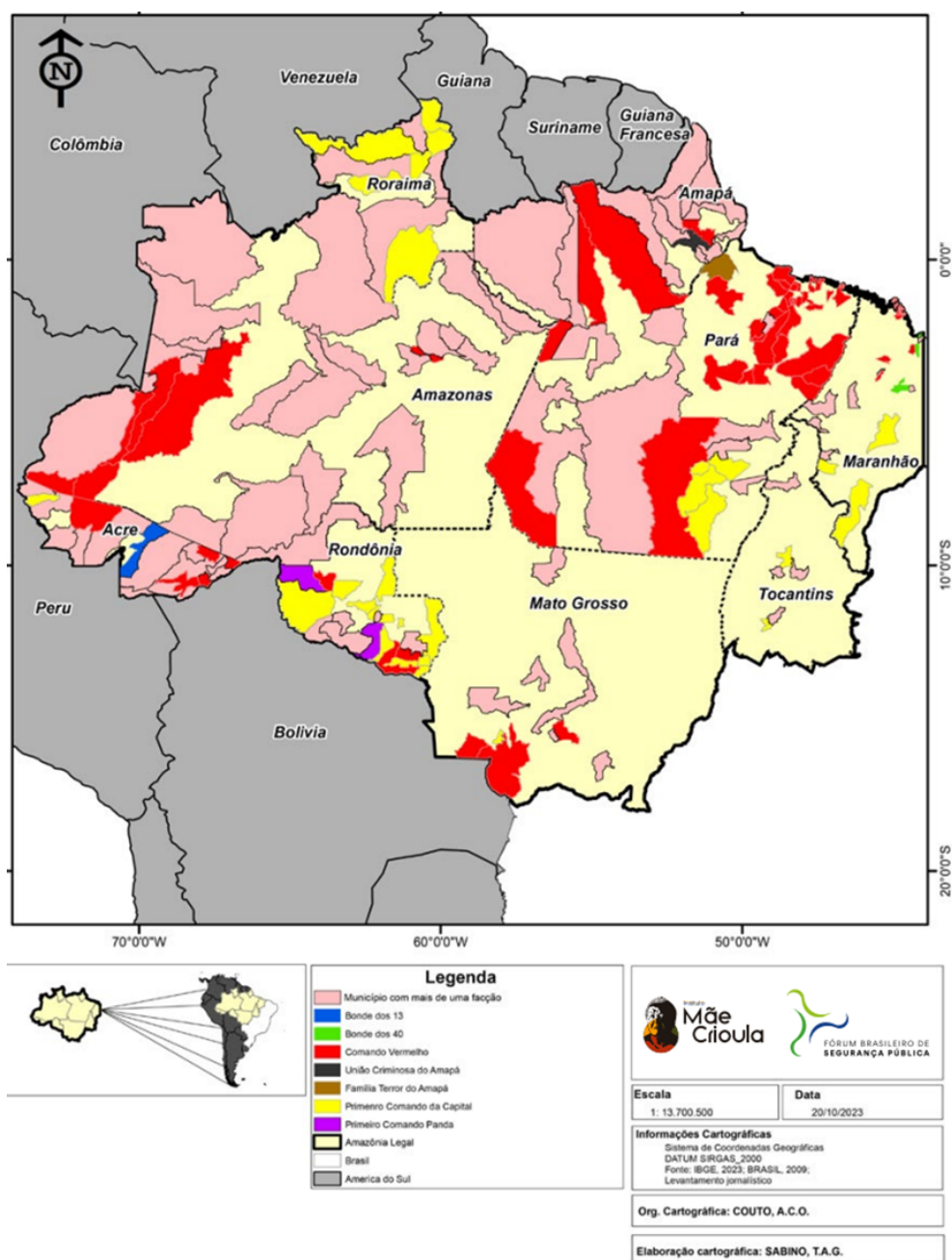
Este fato é, sem dúvida, um dos fenômenos que mais explicam a explosão no número de homicídios na região, sobretudo no Amapá e no Amazonas. Outro aspecto que se pode notar é o processo de “interiorização” ou “capilarização” que os grupos vão criando, a partir de pressões fronteiriças, rumo

Mapa 11: Registro de Facções na Região Amazônica



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Instituto Mãe Crioula. 2023: 54

Mapa 12: As facções que disputam o controle dos municípios amazônicos



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Instituto Mãe Crioula. 2023: 73

ao interior, sobretudo utilizando-se dos sistemas penitenciários para atuar, segundo, portanto, o modelo do PCC de atuação. Todos os municípios que estão em disputa, portanto, observam a presença do CV e do PC, e em outras regiões, o domínio de um e de outro já se tornam mais visíveis.

IV- Recomendações

(I) A tradição da liderança brasileira nos temas de

segurança regional deve ser retomada imediatamente. A reintegração à UNASUL foi o início de uma retomada dos espaços de diálogo e construção de confiança mútua, porém o Conselho de Defesa Sul-Americano também necessita ser retomado, com a inclusão dos exercícios militares comuns e construção de grupos de trabalho para monitoramento dos ilícitos em regiões de fronteira;

(II) A Política Externa Brasileira deve retomar os esforços em torno do fortalecimento democrático na América do Sul, seja fortalecendo as institucionalidades, portanto, o papel do

MERCOSUL e da UNASUL, com seus Conselhos, enquanto lócus de exercício democrático, seja por meio de fortalecimento do diálogo interagência, entre diferentes agentes internos, como Ministérios da Justiça, aparatos militares e policiais, bem como o diálogo entre organizações da sociedade civil;

(III) As sobreposições entre atividades lícitas, como as conexões entre narcotráfico e garimpo ilegal demandam soluções integradas, no âmbito local, com bases multiuso, munidas de informação e inteligência, com flexibilidade e adaptabilidade para atuar perante os ilícitos. Tais mecanismos apenas serão possíveis de se constituir se houver um adensamento da cooperação em matéria de segurança e defesa entre os países da região;

(IV) Para medidas efetivas em segurança regional, é preciso que se estabeleça um diálogo franco com os países vizinhos, no sentido de incorporar a segurança pública ao debate, no sentido de uma maior articulação entre os Estados envolvidos;

(V) O governo federal vem fazendo um maior monitoramento para combater a mineração ilegal e o desmatamento na região amazônica e deve seguir fazendo este monitoramento e combate na região, a fim de diminuir e dificultar a operação dos grupos vinculados à mineração;

(VI) É necessária uma força-tarefa para monitoramento e explosão das pistas de pouso clandestinas, pois hoje elas são multiuso, atendendo à mineração e ao tráfico de drogas; e facilitam a operação das facções na região;

(VII) É importante criar um diálogo com empresas brasileiras lícitas ligadas à mineração e averiguar sua responsabilidade na venda e treinamento a mineradores ilegais, que inclusive têm treinado mineradores na Colômbia e no Peru. Tais empresas devem responder à sociedade não só brasileira, mas sul-americana, pois elas têm responsabilidade no intenso incremento da mineração que houve entre 2018-2022.

(VIII) As forças policiais municipais, estaduais e federais precisam ter claro seu escopo de atuação; e um plano em nível nacional precisa ser desenhado a fim de combater o crime organizado que hoje se capitalizou em todo território nacional, tendo o CV e o PCC como forças mais expressivas;

Considerações Finais

O presente *Policy Paper* buscou lançar luz aos principais desafios para a segurança da América do

Sul e ameaças que hoje existem na Região Amazônica, sendo eles a mineração ilegal, acompanhada do desmatamento, e uma série de crimes que ocorrem na região, com a presença de facções de diferentes tamanhos e perfis na região. Por meio de uma série de Relatórios publicados recentemente, o intuito deste *Paper* foi mesclar as informações sobre mineração ilegal, presença de crime organizado e números da violência na região amazônica, como as taxas de homicídios intencionais na região. Por meio desta correlação, é possível concluir que não se pode pensar em políticas públicas ambientais que não levem em conta a presença do crime organizado vinculado ao tráfico de drogas e de armas, por exemplo.

As sobreposições entre atividades lícitas, como as conexões entre narcotráfico e garimpo ilegal demandam soluções integradas, no âmbito local, com bases multiuso, munidas de informação e inteligência, com flexibilidade e adaptabilidade para atuar perante os ilícitos. Tais mecanismos apenas serão possíveis de se constituir se houver um adensamento da cooperação em matéria de segurança e defesa entre os países da região.

Para medidas efetivas em segurança regional, é preciso que se estabeleça um diálogo franco com os países vizinhos, no sentido de incorporar a segurança pública ao debate, no sentido de uma maior articulação entre os Estados envolvidos.

A governança do crime se modificou substancialmente nos últimos anos na região, de modo que duas grandes facções brasileiras hoje disputam territórios e municípios em toda região amazônica: o CV e o PCC, com uma vantagem para o CV em termos de territórios conquistados e parcerias com facções locais, como o grupo proveniente da fronteira entre Venezuela e Colômbia: Tren de Aragua. A complexidade, portanto, do tema das ameaças que hoje assolam a região amazônica e as comunidades que ali residem, está em ao menos quatro grandes tendências que podem ser observadas:

(i) Tendência à concentração das operações ilegais e governança da violência entre o PCC e CV, com possibilidades de explosões de violência, como temos observado na região;

(ii) Diversificação das operações para além do tráfico de drogas, como a mineração ilegal e a prostituição, trazendo uma ainda maior militarização no entorno de tais atividades ilegais;

(iii) “Interiorização” e penetração nos municípios adjacentes de tamanho médio e pequeno, para além das zonas fronteiriças e capitais, fazendo com que as facções tenham maior domínio do tráfico, e de outras atividades ilícitas em tais

municípios;

(iv) Um maior “sufocamento” e “isolamento” das comunidades indígenas que habitam no Território Indígena, bem como maior “vulnerabilidade de populações ribeirinhas e urbanas dos grandes, médios e pequenos municípios, gerando uma série de graves consequências humanitárias, com assassinatos, ameaças, extorsões, exploração de trabalho , exploração sexual, diminuição ou , em alguns casos, total paralisação do direito de ir e vir.

Referências bibliográficas

ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves. O Conselho de Defesa Sul-Americano : objetivos e interesses do Brasil (CDS) / Ana Patrícia Neves Abdul-Hak. Brasília: FUNAG, 2013.

BBC. O que é UNASUL e porque LULA quer reconstruir. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cevn775q5z8o> Acesso em: 22/06/2023

FIOCRUZ. O Garimpo Ilegal e o genocídio Yanomami. 2023. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rr-invasao-de-posseiros-e-garimpeiros-em-terra-yanomami/>. Acesso em 10/12/2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. Comando Vermelho e PCC avançam para presídios de quase todos os estados. 14/12/2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/12/comando-vermelho-e-pcc-avancam-para-presidios-de-quase-todos-os-estados.shtml>. Acesso em 14/12/2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Informe Especial. Segurança Pública e Crime Organizado na Amazônia Legal. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/seguranca-publica-e-crime-organizado-na-amazonia-legal/. Acesso em: 10/12/2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA/ INSTITUTO MÃE CRIOLA. Cartografias da Violência Amazônica. 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/cartografias-da-violencia-na-amazonia-2a-edicao/. Acesso em: 10/12/2023.

INSTITUTO IGARAPÉ. Amazônia Saqueada: As Raízes do Crime Ambiental nas regiões de Tríplice Fronteira. 2023. Disponível em: <https://igarape.org.br/amazonia-saqueada-as-raizes-do-crime-ambiental-nas-regioes-de-triplice-fronteira/>. Acesso em 10/12/2023.

IPEA. O que é? Amazônia Legal. Desafios do Desenvolvimento. 5(44). 2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28. Acesso em 10/12/2023.

IPEA. Atlas da violência. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em 10/12/2023.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. Da política externa da destruição ao retorno da integração. Le Monde Diplomatique Brasil. Edição 191. Junho de 2023. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/da-politica-externa-da-destruicao-ao-retorno-da-integracao/> Acesso em 22/06/2023

CASTRO, Helena Salim de. O Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas como mecanismo de Integração Regional. 2015. I Encontro Internacional de Política Externa Latino-Americana: Mapeando a Política Externa do Cone Sul. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/1536/NUPELA%20-%2020306-319.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 20/06/2023

FORGERINI, Fernanda. Retomada da Unasul será uma política de Estado, avalia especialista. 2023. Opera Mundi. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/80951/retomada-da-unasul-sera-uma-politica-de-estado-avalia-especialista> Acesso em 22/06/2023

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Segurança Pública e Crime Organizado na Amazônia Legal. 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/seguranca-publica-e-crime-organizado-na-amazonia-legal/. Acesso em 20/06/2023.

INSTITUTO IGARAPÉ. O Ouro Ilegal que mina florestas e vidas na Amazônia: Uma visão geral da mineração irregular e seus impactos nas populações indígenas. 2021 Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2021/05/AE-53_O-ouro-ilegal.pdf Acesso em 2023.

LYRA, Mariana; MARTINEZ, Elias. O Processo de Dessecutirização do Narcotráfico na UNASUL. Revista Contexto Internacional. Rio de Janeiro, Vol 37, nº 2 maio/agosto 2015. p.661-691 <https://www.scielo.br/j/cint/a/Sb7gmb8LVS57yyWwRJwyJJ/> Acesso em 20/06/2023.

MONGABAY. Nuevo estudio identifica 49 zonas afectadas por la minería ilegal en la Amazonía. 2023. Disponível em: <https://es.mongabay.com/2023/11/zonas-afectadas-por-mineria-ilegal-en-amazonia/>. Acesso em 10/12/2023.

O GLOBO. Governo Bolsonaro enterra Unasul criada por Lula e adere a novo organismo regional. 07/03/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/governo-bolsonaro-enterra-unasul-criada-por-lula-adere-novo-organismo-regional-23505468> Acesso em 20/06/2023

PIMENTA, Marília; SUAREZ, Marcial; FERREIRA, Marcos Alan. Hybrid governance as a dynamic hub for violent non-state actors: examining the case of Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 64(2) 2021.

VILLA, Rafael Duarte; PIMENTA, Marília Souza. 2019. Violent non-State Actors and New Forms of Governance: Exploring the Colombian and Venezuelan Border Zone. *Journal of Human Security*. 15(1), pp. 6-18.